

Urbanização “sociopática” e tensões sociais na América Latina

LUIZ PEREIRA

Este ensaio objetiva evidenciar que a instabilidade política é inerente às formações subdesenvolvidas, entendidas como sociedades periféricas do sistema capitalista inter-“nacional”, negadoras de sua pobreza (o significado desta caracterização do subdesenvolvimento melhor se esclarecerá no decorrer da exposição). O ensaio pretende, em outras palavras, explicitar a matriz das tensões sociais inerentes ao subdesenvolvimento e da instabilidade política que exprime essas tensões sociais. E, como resultante final da análise, visa apreender concepções alternativas sobre a função da instabilidade política no processo subdesenvolvimento-desenvolvimento.

Cumpramos estabelecer, como preliminar, que por *desenvolvimento econômico* entendemos tão-somente crescimento do produto social que se acompanha de mudanças na oferta dos fatores produtivos e na estrutura da demanda (intermediária e final). A rigor, a industrialização consiste, então, num subprocesso do processo de desenvolvimento econômico. Este, tal como fica definido, não coincide ou não é idêntico, como se verá, ao *processo global subdesenvolvimento-desenvolvimento*. A caracterização deste exige o ponto de vista sociológico “clássico”, ou seja, faz-se com o instrumental fornecido pelas tipologias macro-estruturais históricas.

Não trataremos das formações subdesenvolvidas em geral, mas buscamos apreendê-las em nível de maior concretização histórica: por particularização, cuidamos das formações subdesenvolvidas na América Latina; por aprofundamento, tomamos a urbanização como subprocesso *de fato* privilegiado, dentre outros analiticamente distinguíveis (em especial o de industrialização), na *dinâmica* do processo subdesenvolvimento-desenvolvimento latinoamericano. Como depois melhor se perceberá, esse privilégio da urbanização,

logo adiante definida em termos diferentes dos costumeiros, não significa, portanto, adoção de um mero ponto de vista intercambiável com qualquer outro dado pelo destaque analítico dêsse ou daquele subprocesso componente do processo global subdesenvolvimento-desenvolvimento em curso na região.

O procedimento de elaboração dêste ensaio consiste no aproveitamento crítico de formulações e dados contidos em alguns estudos, representativos de vários outros, que serão indicados à medida que forem sendo explorados. Como se trata de estudos de conhecimento bastante generalizado na América Latina, seu conteúdo não será aqui reapresentado sob a forma resumida, mas apontado quase sempre apenas sob a forma de referências.

I

Em suas linhas gerais e desde que submetido a alguns reparos, o texto de Gunder Frank, "The Development of Underdevelopment" (*Monthly Review*, vol. XVIII, número 4, setembro de 1966), pode ser considerado como travejamento de todo o ensaio. Na concentração de suas poucas páginas expõe, num primeiro passo, o modelo histórico (caracterização típico-ideal) da constituição e funcionamento do sistema capitalista inter-"nacional", como formação e contínua reatualização, em diferentes modalidades, do padrão estrutural de dominação-dependência entre sociedades capitalistas "centrais" e sociedades capitalistas "periféricas". Num segundo passo, explicita êste mesmo padrão metrópole-satélite, ou processo de satelitização, em sua realização no âmbito interno das sociedades capitalistas periféricas. Do ângulo destas, a satelitização dá-se, pois, no plano de suas relações externas e no âmbito interno de cada uma delas. Esta satelitização interna ocorre concomitantemente entre regiões de cada sociedade capitalista periférica, entre setores e/ou subsectores de atividades econômicas no interior de cada região, e no interior de cada setor econômico (categoria ocupacionais hierárquicas intra-setoriais).

De início, cabe uma ressalva a ser posteriormente fundamentada: o texto em aprêço não distingue entre sociedades capitalistas periféricas e formações subdesenvolvidas — quando, para nós, estas consistem na configuração por aquelas assumida em sua *etapa contemporânea*, que principia, tomando-se em bloco a América Latina, nas três primeiras décadas dêste século. Em segundo lugar, Gunder Frank identifica, em última instância, a satelitização interna com a

relação cidade-campo; e o mecanismo de sua realização com a captação do excedente econômico efetivo. Convém diminuir o grau de generalização desses aspectos da satelitização interna. Assim, por exemplo, o setor cafeeiro no Brasil satelitizava outros. Mas, por um lado, essa satelitização não se fazia em termos de cidade-campo: ao contrário, pelo pólo produção, o setor cafeeiro é rural e, pelo pólo comercialização, é citadino — sem que se possa afirmar o primado deste sobre aquele. Por outro lado, a satelitização acarretada pelo setor cafeeiro sobre outros não implicou, sempre e necessariamente, a expropriação e/ou apropriação do excedente econômico desses outros setores. Melhor será, portanto, redefinir a satelitização interna de regiões, setores econômicos e categorias ocupacionais intra-setoriais como dependência ou subordinação a outros, dominantes. Em outras palavras, não necessariamente são não-citadinos e não necessariamente são explorados pela captação do seu excedente econômico. Por exemplo, setores econômicos citadinos podem ser satelitizados, no sentido de subordinados, na medida em que seu nível de atividade está na dependência do nível de atividade de um setor agrário-exportador que deles não extrai excedente econômico. O alcance dessa redefinição da satelitização interna tornar-se-á patente na análise do processo subdesenvolvimento-desenvolvimento latino-americano.

Além dessas ressalvas, impõe-se considerar que, embora o padrão de satelitização externa e interna (redefinida nos termos acima) se realize nos múltiplos aspectos das configurações sociais de vida, o modelo de Gunder Frank enfatiza a dimensão econômica, na qual as demais estão, afinal, radicadas de maneira variavelmente mais ou menos indireta. Tendo em vista os objetivos deste ensaio, impõe-se explorar as potencialidades deste modelo, no sentido de evidenciar, partindo do plano econômico, expressões de sua realização em outros planos da vida coletiva. Essa evidenciação, que por ora prescinde da categoria *formações subdesenvolvidas*, refere-se à etapa contemporânea das sociedades capitalistas periféricas latino-americanas.

Atendo-nos inicialmente ao plano econômico, a satelitização externa e interna, como modo de funcionamento do sistema capitalista tomado em conjunto, nada mais é que processo de concentração diferencial do total da renda neste gerada: concentração diferencial entre sistemas “nacionais”, entre regiões de cada sistema “nacional”, entre setores de atividades econômicas de cada região, entre categorias ocupacionais de cada setor. Mais ainda: dadas as relações sociais de produção capitalista, essa concentração diferencial

da renda nada mais é, em termos polares, que concentração diferencial das rendas da propriedade auferidas pelos detentores dos meios de produção ou dos equivalentes destes, e participação diferencial no total das remunerações do trabalho (tendencialmente monetizadas por completo) auferidas pelos agentes diretos de trabalho (tendencialmente assalariados).

Restringindo-nos ao âmbito interno das sociedades capitalistas periféricas, a satelitização determina-se, portanto, como concentração diferencial da renda total por estas *retida* — concentração radicada na propriedade/não-propriedade dos meios de produção e equivalentes destes, pela própria satelitização diferencialmente localizados e diferencialmente valorizados conforme regiões e setores econômicos. Em outras palavras, a satelitização interna, enquanto concentração diferencial da renda, exprime diferentes *modalidades* de realização econômica do capitalismo no interior das sociedades periféricas: capitalismo mais “avançado” ou mais “atrasado” conforme regiões e setores de produção intra-regionais. Subjacente a esta formulação, bem como às demais deste ensaio, está a distinção fundamental entre *sistema sócio-econômico* e *unidade geopolítica* (espaço delimitado onde uma ou mais configurações sociais de vida, de *tipos macro-estruturais históricos* distintos, podem realizar-se concomitantemente). Nossa análise é balizada pela primeira noção: estamos interessados numa organização social de determinado tipo e não num âmbito geopolítico.

Assim sendo, temos na satelitização econômica interna o substrato não apenas de *um* sistema de estratificação social, como sistema de classes sociais, mas também das diversas *modalidades* regionais e históricas assumidas por esse sistema estratificatório, baseadas na participação, pelos agentes do processo produtivo (proprietários e não-proprietários), em diferentes modalidades estamos das relações sociais de produção capitalista. Em outros termos, estamos diante do sistema de estratificação social como um outro plano de realização da satelitização interna.

Visto o sistema estratificatório dessa forma, configura-se êle como satelitização interna ou *participação diferencial* no total das *oportunidades de vida* existentes, em determinada época, em cada sociedade capitalista periférica (entendida, conforme indicação acima, como sistema sócio-econômico e não como unidade geopolítica). Numa identificação preliminar, tais oportunidades de vida consistem em oportunidades “de disposição (ou provisão) de bens, de condições externas de vida (ou posição externa), de destino (ou experiências de vida) pessoal, que derivam, dentro de uma

determinada ordem econômica, da magnitude e natureza do poder de disposição (ou ausência de disposição) sobre bens e serviços e das maneiras de sua aplicabilidade para obtenção de rendas ou receitas” (Weber). Basicamente, mas não apenas, tais oportunidades consistem nas oportunidades de ganhar a vida: tipos de meios de ganhar a vida, quantidade de meios disponíveis de cada tipo e *quantum* de renda propiciado por cada meio. No que concerne ao consumo, a satelitização, enquanto participação no total das oportunidades de vida, realiza-se, portanto, como *efetivação* diferencial de padrões de vida, tomados como diferentes complexos de itens de consumo material e não-material. A satelitização interna significa, no caso, distribuição desigualitária, variavelmente mais ou menos profunda, dos *quanta* de valor consumidos pelos membros de cada sociedade capitalista periférica.

II

Tomando-se a etapa primário-exportadora como constituída na América Latina e que para o conjunto desta corresponde ao período que vai da Descoberta e Colonização a fins do século XIX, o desenvolvimento econômico, nesta região, historicamente consiste no avanço da industrialização e da produção de serviços (esta, majoritariamente subordinada). Daí podermos distinguir duas etapas da industrialização latino-americana. A primeira é a da industrialização “intersticial”, que floresce espontaneamente no “vazio” deixado pela produção primário-exportadora, interna, e pela produção industrial das sociedades “centrais”, apresentado-se o setor industrial interno como subordinado ou satelitizado pelo setor primário-exportador. A segunda etapa é a da “nova” industrialização, que desabrocha, a partir da industrialização “intersticial”, com o *enfraquecimento* da satelitização interna a que o setor industrial esteve submetido — enfraquecimento consequente das repercussões adversas, sobre o setor primário-exportador, da “desintegração” do sistema capitalista inter-“nacional” nas três primeiras décadas do século atual. É sobre essa “nova” industrialização, aqui considerada no quadro do funcionamento do sistema capitalista inter-“nacional” e “nacional” traçado por Gunder Frank, que versam tantos textos e tantos dados, dentre os quais podemos destacar, como mais um apoio deste ensaio, o estudo da CEPAL, *El proceso de industrialización en América Latina* (Nações Unidas, Nova York, 1965).

Embora internamente satelitizados, o setor industrial “intersti-

cial”) e o setor de serviços constituíram, no primeiro dos períodos históricos mencionados, a base econômica de relativa expansão de novas categorias sociais *urbanas*: em termos polares, de um lado proprietários de estabelecimentos manufatureiros e de serviços, sobretudo comerciais; de outro, assalariados nestes dois setores de atividades econômicas privadas e nos serviços públicos. Ainda que débeis em face do setor primário-exportador (de que participa a comercialização externa), os setores econômicos urbanos suportaram a consolidação, pelas categorias populares citadinas, de padrões de vida superiores aos dos trabalhadores rurais. O “colapso” do sistema capitalista inter-“nacional”, ao acarretar o enfraquecimento do setor primário-exportador, solapou a vigência ou continuidade da efetivação dos padrões de vida urbanos, além de fazer afluir, para as cidades, grandes contingentes populacionais desfavorecidos das zonas rurais. Assim se concentrou nas cidades, com o descontentamento popular, um clima de tensão social, em última instância devido à oferta insuficiente, pelo conjunto do aparelho produtivo interno, “nacional”, de oportunidades de ganhar a vida (no sentido antes indicado) compatíveis com a efetivação da demanda interna pré-existente, em boa parte atendida até então pela importação.

A etapa contemporânea das sociedades latino-americanas, apanhando-se globalmente a região, tem nessa época seu início. No plano econômico, manifesta-se como conjunto de esforços deliberados, ainda que dispersos, fragmentários e instáveis, para a expansão e diferenciação do setor industrial, configurando o chamado processo de substituição de importações. No plano político, marca a presença, como nova força social, dos setores populares citadinos exercendo pressão sobre o mercado de trabalho (busca de oportunidades de ganhar a vida) e sobre o Estado, configurando-se o processo que, conforme a conhecida tipologia de Germani sobre a evolução política latino-americana, consiste na passagem da fase de democracia com participação limitada para a de democracia com participação ampliada. (“De la Sociedad Tradicional a la Participación Total en América Latina”, capítulo 5 de *Política y sociedad en una época de transición*, Paidós, Buenos Aires, 1962.) O “*grande despertar*”, como presença reivindicante e mesmo quando difusa dos setores populares a esta altura apenas citadinos (com a notável exceção do México), passa a tipificar, daqui por diante, as consideradas sociedades capitalistas periféricas como *formações subdesenvolvidas*.

Pelo exposto, podemos identificar dois tipos de conexão entre urbanização e desenvolvimento econômico. Num dêles, a urbanização é subordinada ao espontaneísmo da expansão dos setores econômicos citadinos (o industrial “intersticial” e o de serviços ligados ou não ao comércio exportador-importador). Noutro, a relação se inverte, no sentido de que essa mesma urbanização, de início para se manter ao nível previamente atingido, ganha preeminência sobre o desenvolvimento econômico, em particular sobre a “nova” industrialização — e, com essa preeminência, desencadeia-se o processo subdesenvolvimento-desenvolvimento.

No âmbito interno, a “nova” industrialização representa um avanço do desenvolvimento capitalista, acarretando nova configuração da satelitização, nos vários planos em que esta se realiza. Basicamente, essa reconfiguração da satelitização consiste num *enfraquecimento relativo* dos setores rurais (sobretudo o primário-exportador) e num *fortalecimento relativo* dos setores econômicos citadinos (industrial e de serviços), com a conseqüentemente correspondente “nova” concentração diferencial da renda entre regiões, setores econômicos e categorias ocupacionais intra-setoriais. No plano do sistema estratificatório, a “nova” industrialização, naquilo em que promove a “nova” satelitização das oportunidades de vida expandidas, responde pela maior diferenciação interna do sistema de classes sociais e pela modalidade “desestamentalizada” desse sistema. Em particular, no que concerne aos homens “comunes”, responde pelo marcante privilegiamento relativo das classes sociais populares citadinas em face das rurais. Também como consequência, com referência ao consumo, consolida a *adesão* a padrões de vida cuja efetivação exige maiores *quanta* de valor, tendencialmente propiciados, aos homens “comuns”, apenas pela participação nas oportunidades de ganhar a vida oferecidas pelos setores econômicos citadinos.

Por êsses vários aspectos, a “nova” industrialização constitui o embasamento da realização da *etapa urbano-industrial* pelas sociedades capitalistas periféricas da região latino-americana, em conjunto já então se determinando como formações subdesenvolvidas. Trata-se de etapa cujo avanço, variavelmente maior ou menor, tem estado na dependência da maior ou menor obstaculização interna e externa à “nova” industrialização e dos rumos por esta tomados, nem sempre os mais “adequados” e em parte devidos não a obstáculos, mas a estímulos de que o setor industrial gozou internamente.

Os progressos e os rumos da “nova” industrialização, também apontados e avaliados no referido estudo da CEPAL, respondem,

em última análise, pela persistência e fortalecimento da preeminência da urbanização sobre o desenvolvimento econômico — mas numa configuração diversa da inicial, crescentemente mais grave tanto no plano econômico como, sobretudo, no plano político. Isso porque, como componente nuclear da nova etapa do desenvolvimento econômico capitalista periférico, a “nova” industrialização tem contribuído para desencadear consequências *não-econômicas* progressivamente defasadas com êsse mesmo desenvolvimento econômico. De fato, em sua etapa contemporânea, êste promoveu, por um lado, o incremento demográfico acelerado (quase exclusivamente vegetativo), do que são um indício precário as taxas de aumento populacional na década 50-60, mais elevadas do que as da década 40-50. Por outro lado, promoveu novos aspectos da urbanização, logo abaixo explicitados, que, conjugados com o incremento demográfico, resultaram numa extraordinária expansão quantitativa e qualitativa das necessidades de consumo; e, conseqüentemente, desencadearam fortíssima pressão sobre o mercado de trabalho e sobre o Estado, no sentido da ampliação das oportunidades de ganhar a vida, compatíveis com a efetivação de tais necessidades expandidas de consumo material e não-material. É esta pressão, como enorme ampliação do consumo potencial ou não-efetivado, mas em busca de efetivação sob a forma de procura de oportunidades de emprêgo pelos homens “comuns”, insuficiente enquanto demanda efetiva pelo aparelho produtivo, que fornece o critério, *não-econômico*, pero qual se avaliam, como no indicado texto da CEPAL, os avanços e os rumos da “nova” industrialização.

III

Os aludidos novos aspectos da urbanização, promovidos pelo desenvolvimento econômico capitalista periférico em sua etapa contemporânea, na região latino-americana, podem ser resumidos numa frase: passagem da fase da *urbanização citadina* para a da *urbanização generalizada*, tendencialmente de tódia a sociedade periférica. A primeira corresponde à etapa predominantemente primário-exportadora, em que a urbanização se realiza como subordinada ao desenvolvimento econômico, como produto da expansão satelitizada dos setores econômicos citadinos. A segunda corresponde é etapa contemporânea, na qual, com a “nova” industrialização, os setores econômicos citadinos tendencialmente se tornam dominantes sobre os rurais, e na qual a urbanização acentua sua preeminência sobre

o desenvolvimento econômico. Com isso, tendencialmente, é a polarização cidade-campo que se inverte: à *satelitização da cidade* sucede a *satelitização pela cidade*, em todos os planos em que a satelitização interna se realiza. Subjacente a êstes enunciados está um conceito não corrente de urbanização, que se impõe formular explicitamente.

A noção mais corrente de urbanização retém, em geral de modo integrado, a grande concentração demográfica em espaço relativamente reduzido e o *ethos* citadino (o urbanismo, na clássica caracterização de Wirth), sendo êste entendido, apenas em termos psicossociais, como um específico estilo de vida consistente num “clima social” distinto do prevalecente nas zonas não-citadinas. A partir dessa noção, a urbanização, enquanto processo, é vista como constituição gradativa ou desenvolvimento localizado do urbanismo e como assimilação, a êsse “clima social”, de contingentes populacionais rurais imigrados para as cidades. Tais aspectos retidos por essa noção de urbanização correspondem ao que denominamos urbanização citadina desde que, porém, seja também apreendida uma dimensão mais profunda do urbanismo como estilo de vida, não incorporada em sua caracterização sociológica costumeira. De fato, em termos típico-i-deais, os estilos de vida urbano e rústico consistem, fundamentalmente, na vigência generalizada (pelos homens “comuns”, portanto) de dois complexos de oportunidades de vida propiciados, respectivamente, pela participação dos agentes nos setores econômicos citadinos e rurais. Trata-se de complexos de oportunidades respectivamente superior e inferior, na medida em que o primeiro propicia maiores *quanta* de valor consumido, ou seja, efectivação de padrões de vida material e não-material mais elevados. O superior padrão de vida aparece, então, como componente nuclear do urbanismo, enquanto estilo de vida.

Demais, torna-se necessário distinguir analiticamente duas dimensões da urbanização enquanto processo — passo indispensável para libertar esta noção da *modalidade* urbanização citadina e, com isso, poder dar conta da urbanização generalizada, inerente à etapa contemporânea das sociedades capitalistas latino-americanas e radicada na prévia e crescente urbanização citadina. Uma das dimensões, sociocultural ou aculturativa, tem sido enfatizada em utilizações do conceito de *efeito-demonstração*, ampliado em relação à sua formulação original, no sentido de “estender a aplicabilidade da noção de ‘efeito de demonstração’ do âmbito dos níveis de consumo, do comportamento econômico, a muitos outros aspectos da estrutura social, a formas de cultura material e imaterial, a formas de organização social, ao grau de participação na sociedade global e a suas

expressões ‘mais modernas’, às relações interindividuais, sobretudo na medida em que os aspectos mencionados chegam a afetar concretamente a vida do homem comum (Germani, ob. cit.). Outra dimensão, psicossocial, tem sido realçada em aproveitamentos do conceito de *mobilização* (ou modernização, em outra terminologia), enquanto contrapartida da noção ampliada de efeito-demonstração: “corresponde ao processo psicossociológico através do qual grupos submersos na ‘passividade’ correspondente ao padrão normativo tradicional (predomínio da *ação prescritiva* através do cumprimento de normas internalizadas) adquirem certa capacidade de comportamento *deliberativo*, alcançam níveis de aspiração distintos dos fixados por esse padrão pré-existente e, conseqüentemente, no campo político, chegam a exercer atividade. Esta obviamente produz participação, intervenção na vida nacional; porém tal intervenção pode dar-se de maneiras muito diferentes, desde movimentos de protesto desorganizados até explosões revolucionárias abertas, desde expressões religiosas até atividade política desenvolvida no seio de partidos, com o exercício do sufrágio, etc.” (Germani, ob. cit.)

Assim definidos, o conceito de efeito-demonstração e o de mobilização significam, respectivamente, *difusão* de e *adesão* (aspiração) a componentes “superiores” do conjunto das oportunidades de vida material e não-material (não apenas oportunidades de ganhar a vida) efectivadas, mais ou menos minoritariamente, por certos contingentes populacionais de cada sociedade periférica considerada, em determinada época de sua história. Tomadas em conjunto, e definidas mais amplamente do que o foram quando de sua identificação prévia e provisória que fizemos através do aproveitamento de certa passagem de Weber, as oportunidades de vida existentes, satelitizadas enquanto delas participam diferencialmente os membros de cada sociedade periférica, consistem nas conhecidas três categorias dos componentes da cidadania, elaboradas por Marshall: civis, políticos e sociais (*Citizenship and Social Class*. The University Press, Cambridge, 1950). Do ângulo das condições de existência dos homens “comuns” das sociedades capitalistas periféricas, os componentes *sociais*, que englobam as oportunidades de ganhar a vida, são os privilegiados. Tanto o efeito-demonstração sobre esses homens “comuns” como a sua mobilização (ou modernização) ocorrem basicamente nesta área; e, por isso, o seu comportamento inconformista, nas outras duas áreas, deriva do não propiciamento das oportunidades de ganhar a vida procuradas.

Na medida em que um *quantum* maior de valor-consumo é implicado pela efetivação dos padrões de vida populares citadinos, e na medida em que tais padrões de vida relativamente superiores constituem o componente nuclear do urbanismo, a urbanização generalizada significa: *difusão cultural* para contingentes populacionais não-citadinos sempre maiores desses padrões de vida mais elevados; e *adesão* (aspiração desses contingentes não-citadinos a esses padrões de vida, mesmo quando não adiram a outros componentes do estilo de vida urbano. Dêsse modo, a urbanização generalizada, produto do próprio desenvolvimento capitalista periférico em sua etapa contemporânea, ao acarretar a expansão quantitativa e qualitativa de necessidades de consumo material e não-material para além das cidades, tende a *homogeneizar* tôda a sociedade capitalista periférica quanto à *adesão* a um padrão de vida mais alto, considerado como padrão mínimo de subsistência. Em conjunção com o incremento demográfico acelerado, também produto do desenvolvimento do capitalismo periférico em sua etapa contemporânea, a urbanização generalizada consiste no principal determinante do crescimento do consumo potencial, que pressiona por efetivar-se através da demanda de “adequadas” oportunidades de ganhar a vida. Dados o ritmo relativamente reduzido do desenvolvimento econômico da região latino-americana e os rumos por êle assumidos, sobretudo pela “nova” industrialização, tais oportunidades “adequadas” de ganhar a vida não só se mostram insuficientes como estão grandemente concentradas naquelas cidades em que os setores secundário e terciário são dotados de maior vitalidade — o que é, também, produto do próprio processo de satelitização econômica.

Assim, se no desencadear da etapa contemporânea das sociedades capitalistas periféricas da região temos a preeminência da urbanização citadina sobre o desenvolvimento econômico, no transcurso dessa etapa, em realização, temos a preeminência da urbanização generalizada como força interna, nesta mesma etapa gerada, pressionando por maior desenvolvimento econômico. No plano político, a preeminência da urbanização citadina, como vimos, manifestou-se como força propulsora da passagem da fase de democracia com participação limitada para a de democracia com participação ampliada, de que o populismo veio a ser uma das expressões. Por sua vez, a urbanização generalizada, conectada com o grande incremento demográfico, e porque descompassada com o desenvolvimento econômico, *haveria* de constituir-se em força propulsora da transição que *haveria* de estar em andamento, apesar de tôdas as vicissitudes

políticas, para a fase de democracia com participação total, independentemente de esta vir ou não a determinar-se como democracia representativa burguesa, como consta da tipologia evolutiva de Germani. (Retornaremos, adiante, à consideração de tal curso “teóricamente” esperado do processo político na região.)

Na raiz dessa força política popular encontramos, pois, a discrepância entre o acentuado crescimento das necessidades de consumo (consequência da urbanização generalizada e do incremento populacional) e a oferta insuficiente, pelo aparelho produtivo, das oportunidades de ganhar a vida adequadas à efetivação do consumo potencial ou aspirado —adequadas quanto ao montante de empregos e aos níveis de remuneração do trabalho. Em outras palavras, estamos diante de uma profundo disnomia (desequilíbrio) no sistema de produção-distribuição-consumo (efetivo mais potencial) das sociedades capitalistas periféricas, que nada mais é que a agudização, na etapa contemporânea dessas sociedades, da contradição capitalista fundamental em sua *modalidade* “periférica”. De fato, diversamente de sua modalidade nas sociedades capitalistas “centrais”, “as contradições... têm (nas “periféricas”) outras origens, outro sentido e outras consequências. Não é o poder expansivo das forças produtivas sufocadas, mas a debilidade das formas de organização da produção que engendra e dinamiza as contradições realmente operativas em seu seio” (Florestan Fernandes, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Zahar, Rio de Janeiro. 1968). A urbanização generalizada e a preeminência da urbanização sobre o desenvolvimento econômico consistem, portanto, num dos mecanismos de realização de tal contradição, bem como num dos determinantes da expressão política desta.

Assim sendo, apenas *aparentemente* há uma inversão da causalidade no desenvolvimento das sociedades capitalistas periféricas latino-americanas, por confronto com a do desenvolvimento das sociedades capitalistas centrais: causalidade primordialmente econômica nestas, e causalidade primordialmente ideológica e política naquelas. A tese de Silvert, encampada por certos autores latino-americanos, toma essa aparência por realidade: “Os tipos de raciocínio normais, inerentes às formas habituais de causalidade, têm validade duvidosa para a América Latina. O critério comum é o de que uma mudança econômica origina uma mudança ocupacional, que por sua vez afeta a hierarquia social e se reflete, por fim, na política. Esta cadeia linear está sempre sujeita a objeções e, no caso da América Latina, torna-se insustentável. As elites (latino-americanas) com orientação européia tornam-se evidentemente afetadas,

num sentido imediato e profundo, pelas mudanças na filosofia social ocorridas no país a que devem lealdade intelectual, seja a França a Inglaterra ou a Itália. Uma das formas assumidas pela mudança na América Latina é a seguinte: mudança de concepção na Europa, transporte para a América Latina e readaptação pelos intelectuais locais, tradução das idéias em termos políticos, mudanças nas instituições políticas e, a seguir, um esforço para pôr em prática determinados cursos de ação econômica e social. . . Estes hábitos de emulação não se limitam mais a uma pequena elite oligárquica. A identificação histórica com o mundo europeu já se transmitiu a uma classe média de enorme importância e, inclusive, em boa quantidade de casos (Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica, México, Cuba, Venezuela, Colômbia e Brasil), dela compartilham os membros das categorias sócio-econômicas inferiores.” (Kalman H. Silvert, *La sociedad problema: reacción y revolución en América Latina*. trad., Paidós, Buenos Aires, 1962.)

Ao contrário desta tese, e com apoio nas considerações até então formuladas, cabe afirmar: o subdesenvolvimento-desenvolvimento determina-se desde seu início como eminentemente político porque está radicado na *insuficiência econômica* (disnomia apontada no sistema de produção-distribuição-consumo efetivo mais potencial) insuficiência que a urbanização generalizada propaga e aprofunda ao promover, nos contingentes populacionais desfavorecidos das sociedades capitalistas periféricas, a instauração geral do estado de privação, ou seja, de negação geral da pobreza e da organização social mantenedora desta.

IV

Em termos típico-ideais (e daí seu esquematismo), as considerações anteriores estabelecem as conexões *dinâmicas* entre desenvolvimento econômica e urbanização, na etapa contemporânea das sociedades latino-americanas. Há todo um conjunto de textos, dos quais tomaremos alguns representativos, que permitem aprofundar a exploração dessas mesmas conexões, por detalhamento de várias expressões de sua realização; e, por isso, bastam considerações menos demoradas sobre êles. Versam aspectos cruciais do que se tem denominado *urbanização “sociopática”*, como traço marcante das sociedades latino-americanas nas últimas décadas. Por tais aspectos responde, de modo mais ou menos directo ou indirecto, a acentuada disnomia no sistema de produção-distribuição-consumo (efectivo mais potencial), característica da etapa contemporânea dessas so-

iedades capitalistas periféricas e dimensão básica da configuração delas como formações subdesenvolvidas.

Quase sempre os estudos sobre a urbanização “sociopática”, tomados em seu conteúdo explícito, restringem-se à “desmesurada” expansão da urbanização citadina. Importa destacar, porém, que esta se explica sobretudo pela urbanização generalizada, em combinação com o incremento populacional, com o ritmo relativamente reduzido e os rumos do desenvolvimento econômico, e com a nova satelitização interna por êste promovida. (A esta não é estranha a “nova” satelitização externa, à qual retornaremos.) O estudo da CEPAL, *El desarrollo social de América Latina en la postguerra* (Solar-Hachette, Buenos Aires. 1966), justamente por oferecer, para nossos objetivos, uma colocação inicial e sumária de aspectos que são mais especificamente objeto de textos que serão posteriormente focalizados —estratificação social, emprêgo da mão-de-obra e comportamento político—; evidencia que a “desmesurada” urbanização citadina consiste sobretudo na transferência e concentração ecológica da problemática fundamental da região: a profunda disnomia em cada um dos sistemas “nacionais” de produção-distribuição-consumo (efetivo mais potencial). Isso porque, através do deslocamento para as cidades, e entre cidades e regiões “interiores”, procuram escapar, dessa disnomia, massivos contingentes populacionais mais desfavorecidos de toda a sociedade, a um tempo expulsos das zonas de menor oferta de “adequadas” oportunidades de ganhar a vida e *también* atraídos por certas cidades e regiões “interiores”, na medida em que, pela urbanização generalizada, têm estado submetidos ao efeito-demonstração do estilo de vida urbano e se têm tornado, pela mobilização (ou modernização), identificados pelo menos com os padrões de vida mais elevados inerentes a êsse mesmo estilo de vida.

Encarado pelo prisma da satelitização interna, o sistema estratificatório determina-se, como já destacamos, como participação diferencial no total das oportunidades de vida existentes, em dada época, em cada sociedade (basicamente, satelitização das oportunidades de ganhar a vida). Explorado dêste ângulo, o texto de Germani, “Estrategia para Estimular la Movilidad Social” (*Desarrollo económico*, vol. 1, número 3, outubro-dezembro de 1961), evidencia a “nova” satelitização das oportunidades de ganhar a vida, como produto do desenvolvimento dos sectores econômicos citadinos (secundário e terciário), suporte que êste é da expansão das burguesias urbanas (proprietários de estabelecimentos industriais e de serviços), da classe média assalariada e do operariado industrial. De outro lado, embora menos enfaticamente do que outros estudos disponí-

veis, inclusive o acima referido da CEPAL, aponta a “explosividade”, variavelmente maior ou menor e mais ou menos potencial ou efetiva, dêsse mesmo sistema estratificatório. Essa “explosividade” está radicada na discrepância entre a oferta e a procura de oportunidades “adequadas” de ganhar a vida: de uma parte, oferta relativamente reduzida dessas oportunidades, devido ao ritmo lento e aos rumos do desenvolvimento econômico, inclusive os da “nova” industrialização, e além disso satelitizadas pelas cidades e também entre cidades e no interior das cidades; de outra parte, procura crescente de tais oportunidades “adequadas” de ganhar a vida, resultante da conjugação entre o incremento populacional acelerado e a urbanização generalizada.

Tais conteúdos, que ressaltamos no texto de Germani, a nosso ver contrariam duas teses nêle defendidas, conexas entre si: a da dualidade vigente de tipos de sistemas estratificatórios coexistentes; e a da “esperança” política nas camadas médias, no que se exprime uma arriscada identificação *funcional* destas com a burguesia “clássica” como sustentáculo da democracia liberal-burguesa, propugnada pelo Autor como ideal de organização política das sociedades latino-americanas, cuja concretização estaria sendo obstaculizada pelo que persiste do tipo de estrutura “tradicional”. A primeira dessas teses, de que a segunda é uma particularização, reclama algumas considerações críticas, não apenas porque está também incorporada pelo texto da CEPAL, *El desarrollo social de América Latina*, embora atenuada, tal como no estudo de Germani, pela afirmação de certa flexibilidade adaptativa do sistema estratificatório “tradicional”; mas, principalmente, porque ela consiste numa versão particular da tese do dualismo estrutural, como tipificador das formações subdesenvolvidas em geral. Não vemos como defender esta tese, cujo argumento de recusa fica transferido para a secção subsequente dêste ensaio. Basta dizer, a esta altura, que os “novos” ou “modernos” estratos ocupacionais citadinos e sua expansão quantitativa, consequentes do desenvolvimento dos setores secundário e terciário, não significam, como Germani admite, a emergência e/ou consolidação de um novo *tipo* de estratificação social. Significam, sim, uma nova *etapa* de um mesmo sistema estratificatório de classes sociais — uma das dimensões da etapa urbano-industrial de cada sociedade capitalista periférica latino-americana, ou seja, produto da *diferenciação e reintegração* de um mesmo e pré-existente sistema estratificatório baseado na produção capitalista, agora mais diferenciada. O “tradicionalismo” e o “modernismo” dêsse sistema estratificatório constituem, então, expressões de diferentes *modalidades* inter-

nas de realização do capitalismo periférico, das quais as mais “atrasadas” e historicamente mais antigas são, tendencial e progressivamente, dominadas ou satelitizadas pelas mais “avançadas” e recentes.

Desde que para nós o entendimento do subdesenvolvimento-desenvolvimento necessariamente implica a adoção da perspectiva dada pelas condições de existência dos homens “comuns” da periferia do mundo capitalista, impõe-se explorar textos como o da CEPAL, “Création de Possibilités d’Emploi et Ressources en Main-d’Oeuvre” (capítulo IV de *L’urbanisation en Amérique Latine*. Ed. Philip M. Hauser. UNESCO, 1962) e o de Jorge Graciarena, “La Participación de las Masas Marginales y el Cambio Político” (capítulo 4 de *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Paidós, Buenos Aires, 1967). Isso porque tais estudos cuidam das classes (ou setores de classes) citadinos e rurais mais desfavorecidos do sistema estratificatório global, tal como este se configura, nos termos acima expostos, na etapa contemporânea das sociedades latino-americanas. O primeiro desses textos apanha, por um lado, a condição dos contingentes populacionais citadinos mais desfavorecidos, enquanto participantes de oportunidades inferiores de ganhar a vida oferecidas tanto pelo setor secundário como pelo terciário. Por outro lado, revela como a proliferação dessas oportunidades inferiores, principalmente no terciário, aparece, em parte, como resposta à presença massiva de contingentes populacionais que procuram escapar da disnomia inerente a cada sistema “nacional” de produção distribuição-consumo (efetivo mais potencial), mais agudamente sentida nas zonas de menor oferta de “adequadas” oportunidades de ganhar a vida —ainda que, nas cidades, parcelas variavelmente maiores ou menores desses contingentes populacionais vivam, por tempo também variável, a condição de subempregados e mesmo de desempregados—. Daí a constituição, sobretudo nas grandes cidades de algumas regiões “interiores”, de uma estrutura ocupacional “distorcida”, que em boa medida suporta a expansão numérica das classes (ou setores de classes) populares urbanas, na etapa contemporânea das sociedades latino-americanas.

O texto de Graciarena, por seu turno, dá conta da contrapartida política desse estado econômico-ocupacional do conjunto das classes populares mais desfavoradas —citadinas e rurais—, na qual se torna mais flagrantes a “explosividade” potencial e/ou efetiva inerente ao sistema global de estratificação social vigente. Descartando implicitamente a tese da dualidade de sistemas estratificatórios, mas não por completo a da “esperança” nas classes médias, e valen-

do-se da noção de urbanização generalizada (enquanto efeito-demonstração e mobilização ou modernização), o autor apreende a presença reivindicante desses contingentes desfavorecidos, variavelmente mais difusa ou mais organizada, crescentemente espreada por toda a sociedade subdesenvolvida — e não mais, como no desencadear do processo subdesenvolvimento-desenvolvimento, localizada apenas nas cidades—. Em outras palavras, é o “grande despertar” que se reatualiza por expansão, como negação *geral* da pobreza e da organização social que a mantém, e que tem na urbanização generalizada um de seus fatores. A presença política (difusa ou organizada, legítima ou ilegítima) dos homens “comuns” desfavorecidos, *citadinos e rurais*, é um dos determinantes *internos*, portanto, do actual campo dos possíveis históricos inerentes ao subdesenvolvimento-desenvolvimento.

Partindo dessa presença, Graciarena apresenta esses possíveis no plano político interno: 1) Persistência da política actual de compromisso limitado e minoritário. 2) Formação de uma frente com a classe média através do apoio massivo a algum de seus partidos. 3) Emergência de movimentos populares orientados por ideologias classistas de esquerda. 4) Emergência de movimentos nacionais-populares. No fundo, estas alternativas reduzem-se a duas: uma delas consistente em diferentes modalidades de ordenação política consentâneas com respectivas modalidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina (e é nesta linha que vão, por exemplo, as propostas da CEPAL para solução dos problemas de emprego da mão-de-obra); e outra categoria, “radical”, negadora não do estado actual do capitalismo periférico, mas do capitalismo como forma de vida. Enraizado na insuficiência económica e embora relativamente autónomo (o que não significa adesão à tese da inversão da causalidade no subdesenvolvimento-desenvolvimento), o processo político em curso nada mais é, então, que a competição entre esses possíveis históricos.

A própria qualificação da rápida urbanização (citadina e generalizada) como “*sociopática*” muitas vezes revela-se, então, como uma das múltiplas expressões dessa competição: no plano ideológico, em geral denota, em última instância, receio de que a rapidez da urbanização, conjugada com o ritmo menos acelerado do desenvolvimento económico e as direcções por este assumidas, e com o grande incremento demográfico, torne inviável o encaminhamento da solução da problemática do subdesenvolvimento-desenvolvimento latino-americano conforme modalidades progressistas-não-negadoras do capitalismo.

V

Chegamos, assim, por diversas vias, à questão teórica fundamental· o que entender por *desenvolvimento do tipo macro-estrutural capitalista*. A resposta a esta questão é que permitirá enfrentar alguns problemas até aqui deixados em suspenso, bem como oferecerá o quadro do referênciã teórico que abrange tôdas as conclusões já formuladas, sem que para tanto seja preciso rerepresentá-las.

Não nos preocupa a definição do tipo —aquêle ao qual é inerente o modo de produção capitalista—, mas duas questões entre si conexas: a) A primeira concerne à noção-chave para a identificação do tipo —sistema sócio-econômico ou unidade geopolítica—. b) A segunda, à amplitude ecológica da realização histórica do tipo —âmbito societário ou âmbito intersocietário—.

Quanto à primeira questão, aderimos às observações de Maza Zavala (“Prólogo” a Ramón Losada Aldana, *Dialéctica del subdesarrollo*. Ediciones Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Caracas, 1967): “A noção de *economia nacional*, de âmbito de atividade econômica circunscrito por determinadas circunstâncias, não é essencial na obra marxista original. Marx refere-se aô *sistema* em abstrato, para compreender não uma região ou parte do mundo, mas uma determinada organização sócio-econômico que funcione segundo leis inerentes e específicas, e que conste de um modo de produção e de um complexo superestrutural correspondente . . . O setor pré-capitalista é influenciado pelo setor capitalista; mas sempre foi assim, na história do desenvolvimento. O modo dominante de produção vai-se estendendo a todo o país e vai desalojando progressivamente os resíduos de modos obsoletos de produção. A Inglaterra dos tempos de Ricardo e, mais ainda, de Marx, era, em boa parte, pré-capitalista, mas nem por isso deixava de caracterizar-se como capitalista . . . É mister advertir que *o modo dominante de produção imprime seu sêlo* aos que lhe são subordinados, que tendem a ser determinados pelo modo principal.”

A adesão à noção de sistema sócio-econômico para identificação do tipo capitalista impede, evidentemente, a aceitação da noção de dualismo estrutural como instrumento para compreender o desenvolvimento “periférico” dêsse tipo. De fato, a noção de dualismo estrutural tem sido usada para dar-se conta de fatos de duas ordens distintas, em geral não distinguidos pelos que a defendem: 1) *Dois sociedades* (dois sistemas sócio-econômicos)

em proximidade apenas ecológica: uma delas capitalista (também dita moderna) e outra pré-capitalista (também dita tradicional). Neste caso, porém, não há *uma* dualidade estrutural, mas *duas* estruturas autônomas de tipos diferentes 2) *Dois* “diferenciações” (dois segmentos) de *uma* mesma estrutura capitalista: segmento *subordinado* ou satelitizado e segmento *dominante* em termos do *desenvolvimento* ou *avanço* de uma mesma formação sócio-econômica capitalista (e seu correspondente sistema de poder, de estratificação social e de exploração econômica). Neste segundo caso, não há *dualidade* estrutural, mas *unicidade* estrutural, com diferenciações internas quanto aos segmentos serem mais avançados ou mais atrasados no *desenvolvimento de uma mesma* formação sócio-econômica capitalista.

Ao invés desta colocação, os adeptos do dualismo estrutural, como tipificador de subdesenvolvimento, tendem a visualizar os segmentos ou diferenciações intra-societários como feudal ou semi-feudal e capitalista (aderindo à tese da regularidade de sucessão feudalismo-capitalismo), ou a visualizar tais segmentos ou diferenciações como “sociedade” tradicionalista e “sociedade” moderna (aderindo à tese da regularidade de sucessão sociedade tradicionalista-sociedade moderna). Na segunda dessas duas versões do dualismo estrutural, temos os “formalistas” (Germani, entre outros); na primeira, os marxistas que identificam o tipo capitalista pela noção de unidade geopolítica. Especialmente no que se refere à primeira dessas versões, pensamos que há que distinguir —o que em geral não se faz— *relações de produção capitalista e orientação* mais ou menos *estamentalizada* da ação dos agentes envolvidos nessas relações. Também, há que não confundir a *modalidade industrial* com a *modalidade agrária* de realização das relações sociais de produção capitalista. A não vingarem confusões como essas, ao invés de feudalismo-capitalismo o que se tem é, em verdade, diferentes modalidades da relação capitalista vinculadas a disparidades tecnológico-econômicas entre setores e regiões produtivos de *um mesmo* sistema econômico. Claro que, pela própria história das formações capitalistas periféricas, uns setores são mais antigos e dotados de menor vitalidade do que outros. Tais setores mais antigos, ou os mais novos, podem apresentar-se como *constelações regionais* em que o capitalismo está numa etapa mais avançada ou o capitalismo está numa etapa menos avançada.

A expansão do capitalismo periférico significa, então, algo diferente conforme os dois casos de que a noção de dualidade estru-

tural procura dar-se conta: 1) No caso de duas sociedades em proximidade ecológica apenas, a sociedade capitalista tende a absorver a sociedade pré-capitalista. 2) No caso de duas “diferenciações” (dois segmentos) de um mesmo sistema capitalista, o setor ou setores capitalistas mais avançados tendem a absorver o setor ou menos avançados, que em geral, historicamente, são os mais antigos. No primeiro caso, os agentes são incorporados às relações sociais de produção capitalista, juntamente com os outros fatores de produção. (Os estudos de Rodolfo Stavenhagen, “Clases, Colonialismo y Aculturación”, *América Latina*. vol. VI, número 4, outubro-dezembro de 1963, e de Roberto Cardoso de Oliveira, *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1964, tratam de duas situações concretas deste primeiro caso.) No segundo caso, os agentes (e demais fatores de produção) são incorporados às modalidades mais avançadas das relações sociais de produção capitalista. Esta absorção ou incorporação dos agentes pode, em princípio, nos dois casos, fazer-se por dois mecanismos não necessariamente sincrônicos: 1) Expansão propriamente econômica. 2) Expansão por comunicações (Lembrem-se, quanto a este segundo mecanismo, considerações precedentes sobre a urbanização generalizada).

O apêgo à noção de *sistema sócio-econômico* (capitalista) e não à de unidade geopolítica, além de descartar a tese do dualismo estrutural, nos remete diretamente para a outra questão levantada no início desta seção: a da realização do tipo *sistema sócio-econômico capitalista* num âmbito societário (o que também a tese do dualismo estrutural implica) ou num âmbito intersocietário.

Representativa da primeira posição é esta passagem: “Se dispusesse de tais conhecimentos (sobre as ‘sociedades capitalistas avançadas’), é provável que as semelhanças e as diferenças específicas, existentes entre as ‘sociedades capitalistas subdesenvolvidas’ e aquelas sociedades, pudessem ser representadas abstratamente com referência ao *tipo social comum*; e em termos de variações normais ou patológicas). Apesar disso, vistas à luz do precário conhecimento dispersivo que temos do ‘mundo subdesenvolvido’, as sugestões metodológicas de Durkheim bastam para indicar que a *sociedade capitalista subdesenvolvida* não é uma redução patológica daquele tipo social, considerado em determinado estágio do seu desenvolvimento. Ao contrário, ela constitui, a través de suas diversas variantes, o que se poderia entender como uma manifestação normal daquele tipo, nas condições que deram origem a mantive-

ram o capitalismo dependente. Seus aspectos anômicos, inclusive, explicam-se dessa perspectiva: a ausência ou debilidade de certos pré-requisitos estruturais e funcionais, essenciais para integração e evolução do tipo, aumentariam a margem dentro da qual podem ocorrer fenômenos de regressão e desorganização. Além disso, eles só parecem crônicos em face de dadas combinações entre o padrão integrativo e evolutivo, inerente ao tipo social, e as condições estruturais e funcionais em que ele pode ser dinamizado concretamente no ‘mundo subdesenvolvido’. O que quer dizer que, atingido o nível em que se apresentar os pré-requisitos fundamentais, a sociedade capitalista subdesenvolvida converter-se-á em sociedade capitalista *tout court*, encarnando de modo mais completo e definitivo o tipo social comum.” (Florestan Fernandes, ob. cit.)

No pólo oposto, temos outras afirmações: “a maioria dos estudos sobre desenvolvimento deixa de levar em conta as relações entre as metrópoles e suas colônias econômicas ao longo da história da expansão mundial e do desenvolvimento do sistema mercantilista e capitalista. A consequência é que a maior parte de nossas teorias não consegue explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista como *um todo* e não esclarece a geração *simultânea* de subdesenvolvimento *em algumas de suas partes* e de desenvolvimento econômico *em outras* . . . Estas relações constituem uma parte essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista como *um todo* numa escala mundial . . . (Trata-se) de *um* processo histórico único: o processo de desenvolvimento do capitalismo.” (Gunder Frank, ob. cit.)

Realmente, a maioria dos estudos sociológicos, históricos e econômicos feitos adota como perspectiva a primeira posição: realização do tipo sistema sócio-econômico capitalista num âmbito societário. A releitura deles nos faz, porém, aceitar como teoricamente mais fecunda a segunda posição: realização desse tipo, desde suas origens históricas, em âmbitos intersocietários —sem, portanto, admitirmos, como Gunder Frank, que desde suas origens o capitalismo seja *um* único sistema sócio-econômico e que seu desenvolvimento seja *um* único processo histórico, embora admitamos que possa vir no futuro assim se configurar, pela integração dos sistemas capitalistas intersocietários *num* sistema único—. São muito sérias as consequências teóricas e práticas da aceitação da segunda das duas apontadas posições, que em última análise acabam por identificar a primeira posição como *ideológica*.

Para começar: a ótica apropriada ao estudo do capitalismo não

é a *nacional* (conforme a primeira posição), mas a do *mercado*. É esta que permite examinar a maneira pela qual se relacionam o capitalismo central e o periférico, pois é esse relacionamento que vai condicionar os graus de “liberdade objetiva” ou de “autonomia relativa” do capitalismo periférico. Em outras palavras, sociedades capitalistas periféricas e sociedades capitalistas centrais, no interior de um sistema capitalista intersocietário, seriam *diferenciações internas* (subsistemas) deste sistema inter-“nacional”. Assim sendo, tornam-se privilegiadas as relações *intersocietárias* (entre subsistemas capitalistas periféricos e centrais); e as relações “internas” das formações subdesenvolvidas passam a ser vistas como “*desdobramentos*” de suas relações “externas”, e não como *entraves* para a plena realização do tipo, como decorre da primeira posição.

De outro lado, é a história do capitalismo, e com ela a das formações subdesenvolvidas, que sofre uma revisão, pois há de ser centrada na natureza das relações intersocietárias, ou seja, dos nexos entre “centro” e “periferia”. Teríamos, então, três etapas do desenvolvimento capitalista: 1) *Capitalismo mercantilista*, de gestação do capitalismo como modo de produção plenamente configurado. Nesta etapa, os nexos entre subsistemas centrais e subsistemas periféricos são comerciais-legais e monopolistas; o colonialismo apresenta-se como a condição de existência dos subsistemas periféricos; e estes participam da gestação da etapa subsequente do capitalismo (sempre intersocietário) não apenas como geradores e exportadores de excedente econômico para os subsistemas centrais, mas também como inovadores em formas de produção que vão além das implicadas pelo capitalismo puramente comercial. 2) *Capitalismo liberal* ou etapa em que o modo de produção capitalista já está plenamente configurado, e na qual os nexos entre os subsistemas centrais e os periféricos são comerciais puramente econômicos e não-monopolistas. Nela, também em termos típico-ideais, a condição dos subsistemas periféricos é marcada pela independência nacional e consequentemente pela constituição do Estado-Nação. 3) *Capitalismo monopolista*, etapa em que os nexos econômicos entre subsistemas centrais e periféricos, além de comerciais, se caracterizam por investimentos monopolistas na “periferia”, e na qual a condição dos subsistemas periféricos “autônomos” se redefine como “neocolonialismo”, tornando flagrantes as relações de dominação dependência (ou satelitização “externa”) disfarçadas na etapa anterior sob a ideologia do liberalismo.

O processo subdesenvolvimento desenvolvimento latino-americano,

que tem seu desencadenar com “desintegração” da segunda dessa etapas do desenvolvimento do sistema capitalista, consistiu numa busca de efetivação da autonomia econômica, sociocultural e política capitalista “nacional”. O nacional-desenvolvimentismo foi o “modelo” a ser concretizado, mas, antes de completar-se o sistema capitalista inter-“nacional” se reintegrou nos moldes da terceira indicada etapa do seu desenvolvimento, impossibilitando a constituição de sistemas capitalistas *independentes* na periferia. Compreende-se, assim, o porque do apêgo ao Estado-Nação como categoria a partir da qual haveria ser analisado e explicado o subdesenvolvimento-desenvolvimento. E pelo apêgo a esta categoria que o desenvolvimento do tipo sistema sócio-econômico capitalista foi visualizado em termos de unidade geopolítica e o subdesenvolvimento-desenvolvimento, como passagem da etapa de capitalismo *dependente* para a de capitalismo *independente*. Ora, a relação de dominação-dependência sempre foi é inerente ao sistema capitalista, apesar das diferentes formas que assumiu no desenvolvimento deste e do grau maior de “independência” relativa que propiciou aos subsistemas periféricos na segunda das etapas do desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido, *dependência* e *independência* não são fases de desenvolvimento do sistema sócio-econômico capitalista.

O novo caráter da dependência periférica, inerente à terceira etapa de desenvolvimento do sistema capitalista, já tem sido significativamente alcunhado de *associado*, como “modelo” de desenvolvimento latino-americano, ou ainda de *interdependente*. (Dentre os estudos sobre este tema, veja-se o de Theotonio dos Santos, *El nuevo carácter de la dependencia*. Centro de Estudios Socio-Económicos, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1968.) A democracia com participação ampliada foi o componente político do nacional-desenvolvimentismo, que para se completar implicava, no plano político, a passagem para a democracia com participação total, conforme o curso “esperado” contido na tipologia evolutiva de Germani sobre o processo político latino-americano. Ao contrário, com o “novo caráter de dependência”, assistimos a um refluxo da participação política, com a formação de uma *nova* estrutura de poder autocrática. (Dentre os ainda raros estudos sobre os fatores e mecanismos da transição do modelo nacional-desenvolvimentista para o “associado”, temos alguns dados e considerações contidos nos trabalhos de José Nun, “Amérique Latine: la Crise Hégémonique et le Coup d’État Militaire”, e de Gláucio A. D. Soares, “La Nouvelle Industrialisation et le Système Politique Bré-

silien”, em *Classes Sociales et Pouvoir Politique en Amérique Latine*, número especial de *Sociologie du Travail*. ano IX, número 3, julho-setembro de 1967. O livro de Octavio Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, e o de Theotonio dos Santos, *Socialismo o fascismo: dilema latino-americano*. Ediciones Prensa Latinoamericana, Santiago, 1969, são as obras que mais direta e sistematicamente se ocupam do assunto.) Assim, das alternativas políticas formuladas por Graciarena, *tendencialmente* restariam a “persistência da política atual de compromisso limitado e minoritário” e a “formação de uma frente com a classe média através do apoio massivo a algum de seus partidos”, nenhuma das quais implica a negação do capitalismo nem, necessariamente, a afirmação do capitalismo autônomo.

Em resumo, a etapa contemporânea das formações subdesenvolvidas latino-americanas determinou-se, no seu desencadear, como negadora da etapa que, no plano econômico, se caracterizava pela dominância do setor primário-exportador (ao qual se subordinava a industrialização “intersticial”) e por reduzidos mercados internos locais regionais; e, no plano político, por uma estrutura de poder oligárquica. Em seu desdobramento, essa etapa contemporânea apresenta duas subfases: 1) A primeira, sob a égide do “modelo” nacional-desenvolvimentista, em busca de constituição de sistemas capitalistas autônomos, caracterizou-se, no plano econômico, pela intensificação da substituição de importações de manufaturados e pela transição para a constituição do mercado nacional; no plano político, pela democracia com participação ampliada e tentativas de seu avanço para uma democracia com participação total. 2) A segunda subfase, em andamento, caracteriza-se, nos planos econômico e político, como desenvolvimento “associado”: no plano econômico, caminha-se para a complementação da pirâmide industrial, com massiva participação de capitais estrangeiros, e para plena realização de mercados nacionais e mesmo para a constituição de um mercado regional latino-americano; no plano político, configura-se uma *nova* estrutura de poder autocrática, que se propõe encaminhar o desenvolvimento econômico nos moldes do desenvolvimento “associado” ou “interdependente”, instaurando o que foi expressivamente denominado *colonial-fascismo* (Hélio Jaguaribe, “Brasil: Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo?”, em *Brasil: Tempos Modernos*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968. Este volume

é a edição brasileira de vários ensaios publicados em *Les Temps Modernes*, número 257).

Torna-se, assim, perfeitamente explicável tanto a indignação como o projeto de desenvolvimento autônomo implícito nestes excertos de Celso Furtado, onde é patente o apêgo à primeira das subfases da etapa contemporânea das formações subdesenvolvidas latino-americanas, ao que tudo indica *tendencialmente* em finalização: “Fizemos referência, anteriormente, ao fato de que, em fins do século passado, os países da América do Sul, e o Brasil em particular, encontravam-se numa fase decisiva de consolidação do Estado nacional, que tomava consciência de suas fronteiras... A partir do término da Segunda Guerra Mundial, configura-se uma situação totalmente distinta... O conceito de segurança já não subentende a idéia de Nação-Estado como viabilidade histórica *a priori*, sobrepõe-se a esta última... Emrazão do seu esquematismo, a doutrina do Poder Nacional é levada inexoravelmente a exagerar a inviabilidade do Brasil como projeto nacional e a deslizar para a concepção da ‘segurança ampliada’ que, no caso, encobre a ideologia do satelitismo. O Brasil passa a ser considerado como *dado* de um problema mais amplo: o da estrutura do poder em escala mundial.” (“Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar” em *Brasil: Tempos Modernos*. Citada.)

Ora, se dependência e independência não são fases do desenvolvimento do capitalismo periférico, cabe periodicizá-lo, por outro critério, como sucessão de capitalismo *pré-urbano-industrial* e capitalismo *urbano-industrial*. E é esta segunda fase que coincide com a etapa contemporânea das formações subdesenvolvidas latino-americanas tomadas em bloco. O processo subdesenvolvimento-desenvolvimento nelas em curso consiste, pois, na instauração e necessidade de complementação da realização, nesses subsistemas capitalistas periféricos da etapa *urbano-industrial* inerente ao tipo (intersocietário) sistema sócio-econômico capitalista.

Gerada pela dinâmica interna, desse sistema, a etapa *urbano-industrial* nas formações subdesenvolvidas latino-americanas, conforme procuramos mostrar nas secções precedentes, não conseguiu suavizar, mas, ao contrário, promoveu a ampliação e a agudização da contradição capitalista fundamental em sua modalidade periférica. Esta é a matriz das tensões sociais inerentes ao subdesenvolvimento-desenvolvimento. O “modelo” nacional-desenvolvimentista

procurou canalizar essas tensões sociais, no sentido de torná-las pressão política legitimada das classes (ou setores de classes) populares desfavorecidos —aceitando a instabilidade política institucionalizada como recurso promotor do desenvolvimento capitalista autônomo—. Coerentemente, por contraste, no “modelo” de desenvolvimento “associado”, que se contrapõe ao nacional-desenvolvimentista, a relação se inverte: as tensões sociais e a instabilidade política, que resultam em última instância da *insuficiência econômica*, precisam ser “congeladas” através do refluxo da participação política, uma vez que são encaradas como obstáculos ao desenvolvimento econômico (“associado”). (Cf. Florestan Fernandes, ob. cit., capítulo 3: “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil”).

Esta estratégia política não chega a ser proclamada aberta e diretamente. Aparece, antes, no repúdio ao que membros da cúpula da estrutura de poder autocrática nomeiam pelo composto “comunacionalismo” —com o uso desta expressão negando, significativamente, de uma só vez, os possíveis *capitalismo autônomo* e *socialismo*—. Em outras palavras, ao invés de admitir que a “abertura” do processo político levará a quebrar resistências internas e externas ao desenvolvimento econômico, o modelo “associado” busca realizar uma relação inversa entre o processo político e o desenvolvimento econômico: aquêle comportará gradativas “aberturas” democráticas *na medida em que* o desenvolvimento econômico fôr suavizando as tensões sociais que a sua insuficiência gerou e continua gerando nas formações subdesenvolvidas latino-americanas. Como estratégia econômica, para estas, “se bem não exista unanimidade sobre todos os aspectos dêsse complexo problema, pelo menos respeito a um ponto já existe uma doutrina perfeitamente firmada nos Estados Unidos. Este ponto é o de que cabe às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de ‘ajuda’ dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas. O relatório do Comitê Clay foi enfático sobre êste ponto e, nos anos recentes, tanto o Congresso como a Administração vêm demonstrando um grande empenho em criar condições de garantias políticas e de incentivos econômicos para que as empresas privadas americanas desempenhem essa importante missão de política exterior”. (Celso Furtado: *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.)

A se consolidar e se generalizar êste nôvo curso de ação (econômica e política) por tôda a região, que afasta o capitalismo autônomo como possível histórico (mesmo como um mercado comum latino-americano), resta-nos (ao menos?) observá-lo e lembrar que o campo de possibilidades inerentes ao estágio presente do processo subdesenvolvimento-desenvolvimento latino-americano se estreitou: capitalismo "associado" urbano-industrial (e dependente, satelitizado) ou socialismo.